



## COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

### REGIMENTO INTERNO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DO AMBIENTE DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

*Considerando* os objetivos gerais de promoção e desenvolvimento das relações de cooperação na CPLP;

*Conscientes* de que o espaço da CPLP encerra um enorme potencial a nível de ecossistemas e da biodiversidade, que importa preservar em conjunto, face aos desafios do desenvolvimento sustentável;

*Considerando* a necessidade de se instituir um mecanismo de reflexão alargada, de carácter regular, sobre a cooperação tanto bilateral como multilateral a estabelecer entre os Estados membros desta Comunidade no domínio de Ambiente;

*Atendendo* ao desejo de partilhar soluções para os problemas comuns no domínio do ambiente;

*Salvaguardando* as decisões emanadas das várias Reuniões Ministeriais na área do Ambiente (Lisboa em 1997, Maputo em 2001, Brasília em 2006 e Luanda em 2008), que vêm reforçando o compromisso da CPLP quanto à proteção do ambiente e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos dos seus países, no quadro do combate à pobreza, da promoção do desenvolvimento sustentável e das práticas de boa governação.

*Tomando em consideração* a Resolução sobre a Adoção de um Quadro Orientador para a Elaboração dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais da CPLP, aprovado pelo XIV Conselho de Ministros da CPLP, reunido na cidade da Praia, no dia 20 de Julho de 2009;

Os Ministros Responsáveis pela área do Ambiente da CPLP aprovam o presente Regimento:

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto**

O presente Regimento Interno é o instrumento que regula o funcionamento da Reunião de Ministros do Ambiente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP.

### **Artigo 2.º**

#### **Âmbito**

A Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP, adiante designada “Reunião”, tem como objetivo promover o desenvolvimento das relações de cooperação entre os Estados membros no domínio do ambiente, nomeadamente através do:

- a) Reforço do compromisso com o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, através da implementação, entre outros, da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Agenda 21 e da Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável;
- b) Fomento de uma maior integração dos três pilares de desenvolvimento sustentável: o económico, social e ambiental;
- c) Promoção da concertação político-diplomática entre os Estados membros, em matéria de ambiente;
- d) Estimulo à cooperação técnica para o desenvolvimento no domínio do ambiente, bem como pela troca de experiências bem-sucedidas;
- e) Fortalecimento das instituições nacionais para o desenvolvimento sustentável;
- f) Incremento da concertação de posições a adotar em fóruns internacionais sobre a temática do ambiente.

### **Artigo 3.º**

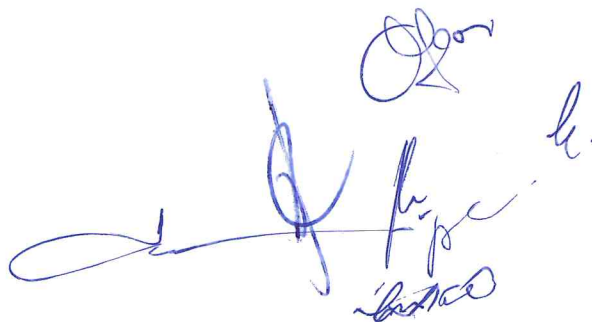
#### **Constituição e Competência**

1. A Reunião é constituída pelos Ministros e Secretários de Estado responsáveis pela área do ambiente de todos os Estados membros, ou na sua ausência por seus representantes designados.
2. Compete à Reunião coordenar a nível ministerial ou equivalente as ações de concertação e cooperação da Comunidade no domínio do ambiente.

### **Artigo 4.º**

#### **Convidados**

1. Podem ser convidados a assistir à Reunião, para além de representantes dos Observadores Associados e Consultivos da CPLP, representantes de organizações internacionais ou agências destas, bem como de organismos intergovernamentais.
2. Qualquer Estado membro poderá solicitar que a Reunião tenha lugar sem a participação de Convidados.

The image shows several handwritten signatures in blue ink, likely representing the approval of the document by the Ministers responsible for the environment in the CPLP member states. The signatures are stylized and overlapping.

**Artigo 5.º**  
**Periodicidade**

A Reunião ocorre com uma periodicidade bienal, sem prejuízo de terem lugar reuniões extraordinárias, sempre que as circunstâncias o aconselham.

**Artigo 6.º**  
**Quórum**

A Reunião desenvolve os seus trabalhos com um quórum de seis Estados membros, e delibera por consenso de todos os Estados membros presentes.

**Artigo 7.º**  
**Presidência e Acolhimento da Reunião**

1. A Presidência e o acolhimento da Reunião são assegurados pelo Estado membro que no momento detém a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
2. Compete à Presidência da Reunião:
  - a) Convocar a Reunião;
  - b) Coordenar as atividades em curso no período entre sessões;
  - c) Acompanhar a implementação das deliberações da Reunião;
  - d) Tomar todas as iniciativas conducentes a dinamização e concretização dos objetivos da Reunião;
  - e) O que mais lhe for incumbido pela Reunião.
3. Compete, ainda, à Presidência da Reunião:
  - a) Acolher a Reunião;
  - b) Assegurar a organização, os meios logísticos e os recursos financeiros requeridos, como explicitado no artigo 13º deste regimento;
  - c) Assegurar a articulação entre os serviços de apoio à Reunião e o Secretariado Executivo da CPLP;
  - d) Promover o depósito, junto do Secretariado Executivo da CPLP, dos documentos aprovados na Reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º dos Estatutos da CPLP.
4. Sempre que o Estado membro que detém a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP se declare impedido para albergar a Reunião, será desenvolvido um processo de concertação político-diplomático para assegurar que a mesma mantenha a sua periodicidade no âmbito do artigo 5º do presente Regimento.

**Artigo 8.º**  
**Secretariado Técnico Permanente**

1. O Secretariado Técnico Permanente, adiante designado STP, constitui o órgão de apoio à Reunião.
2. O STP é constituído pelos seguintes Pontos Focais da Reunião Técnica:
  - a) Do Estado membro que deteve a Presidência da Reunião no ciclo anterior;
  - b) Do Estado membro que detém a Presidência da Reunião;





- c) Do Estado membro que irá previsivelmente assumir a mesma no ciclo subsequente.
- 3. Compete ao STP, nomeadamente:
  - a) Prestar apoio técnico e administrativo à organização da Reunião;
  - b) Assegurar o seguimento das decisões, iniciativas e medidas que venham a resultar de deliberações da Reunião;
  - c) Garantir a troca de informações entre o Secretariado Técnico da Reunião e os Estados membros;
- 4. O STP funcionará em estreita articulação com o Secretariado Executivo da CPLP, no quadro das respectivas competências.

### **Artigo 9.º**

#### **Reunião Técnica**

- 1. A Reunião Técnica é constituída pelos Pontos Focais designados pelos Ministérios do Ambiente de cada Estado membro, competindo-lhe preparar a Reunião e garantir a execução das decisões nelas aprovadas. A Presidência da reunião Técnica é assegurada pelo Representante do Estado membro que no momento detém a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
- 2. As Reuniões Técnicas têm como finalidade:
  - a) Propor a agenda da Reunião;
  - b) Avaliar o grau de implementação das decisões presentes nas Declarações anteriores, com base no Relatório preparado pelo Secretariado Técnico Permanente;
  - c) Formular recomendações técnicas necessárias para a introdução de novas formas de atuação que permitam ultrapassar problemas na implementação de Declarações anteriores;
  - d) Preparar o projeto da Declaração a ser submetida à Reunião Ministerial, tendo em conta as intervenções, os debates e as deliberações tomadas pela sua Reunião Plenária;
  - e) Acompanhar e prestar o apoio técnico necessário aos trabalhos da Reunião, em estreita coordenação com o Secretariado Técnico Permanente;
  - f) Cumprir as demais funções que lhe estejam incumbidas na agenda de trabalho da Reunião.

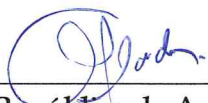
### **Artigo 10º**

#### **Pontos Focais**

- 1. Cada Estado membro deve designar um ponto focal que assegure o contacto permanente com o Secretariado Técnico Permanente.
- 2. São funções do ponto focal:
  - a) Remeter ao Secretariado Técnico Permanente relatórios relativos à implementação das decisões da Reunião por parte do respetivo Estado membro;
  - b) Garantir a troca de informação entre o Secretariado Técnico Permanente e o respetivo Estado membro.



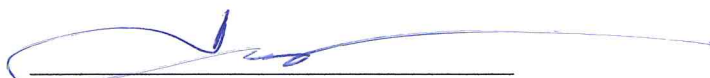
Cidade de Santa Maria, Ilha do Sal, 4 de Maio de 2012



Pela República de Angola  
Maria de Fátima Jardim  
Ministra do Ambiente



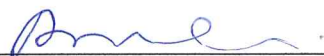
Pela República Federativa do Brasil  
Fernando Coimbra  
Ministério do Meio Ambiente



Pela República de Cabo Verde  
Antero Veiga  
Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território



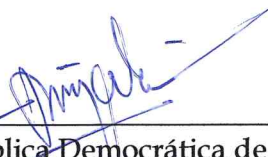
Pela República de Moçambique  
Custódio Mário  
Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental



Pela República Portuguesa  
Assunção Cristas  
Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território



Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe  
Carlos Manuel Vila Nova  
Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais



Pela República Democrática de Timor Leste  
Abílio de Deus de Jesus Lima  
Secretário de Estado do Ambiente